

Alerta Legislação nº 5, de 30 jan. a 4 fev 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 768, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017**

Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a [Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

RETIFICAÇÃO

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017**

Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(Publicado no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2017, Seção 1)

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
03/02/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 768, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.981, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> Altera o Anexo ao Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
04/02/2017	RETIFICAÇÃO <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017</u> Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. <i>(Publicado no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2017, Seção 1)</i> <u>DECRETO Nº 8.980, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração Nacional, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento

	Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. <u>DECRETO Nº 8.979, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017</u> Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (58PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile. <u>DECRETO Nº 8.978, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
31/01/2017	<u>DECRETO Nº 8.977, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. <u>DECRETO Nº 8.974, DE 24 DE JANEIRO DE 2017 (*)</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. (*) Republicação do art. 19 do Anexo I ao Decreto no 8.974, de 24 de janeiro de 2017, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017, Seção 1.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <u>PORTARIA Nº 49, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma do Anexo desta Portaria, e alterar o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, de que trata a alínea "a" do Anexo II, do <u>Decreto nº 8.955, de 2017</u>, para permutar cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS com Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, na forma do art. 4º presente Portaria. (...) SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE)

	<u>PORTARIA Nº 4, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Estabelece critérios e procedimentos para realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, no âmbito da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 266, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Fica declarado estado de emergência fitossanitária relativo ao risco de surto da praga Helicoverpa armigera no Estado de Mato Grosso do Sul, para implementação do plano de supressão da praga e adoção de medidas emergenciais. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 10, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Ficam instaladas a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (UTVDA-DIPOA) e a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (UTVDA-DFIA), subordinadas respectivamente ao Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas. (...) SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (SPA) <u>PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Nos Anexos das Portarias n.ºs 223, 225, 226, 227, 230, 231, 237e 238 e 222, de 8 de dezembro de 2016, publicadas no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2016, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra, ano-safra 2016/2017, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia e no Distrito Federal, respectivamente, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, substituir as cultivares indicadas, pela relação abaixo especificada: (...) → Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) <u>RESOLUÇÃO Nº 54, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre o período mínimo de antecedência para a vigência de novas regras no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR. <u>RESOLUÇÃO Nº 52, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o 1º semestre de 2017.
Ministério da	GABINETE DO MINISTRO (GM)

Educação	<u>PORTARIA Nº 117, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Fica retificada a Portaria MEC nº 1.538, de 28 de dezembro de 2016, que divulga os resultados finais do Censo Escolar 2016, no que se refere aos dados dos municípios apresentados na forma dos Anexos I e II a esta Portaria. (...) <u>PORTARIA Nº 113, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Ficam remanejados, das Instituições Federais de Ensino - IFEs que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT para o Ministério da Educação - MEC, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes no Anexo I a esta Portaria. (...) COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 23, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre períodos máximos de concessão de bolsa para os níveis de formação de mestrado e doutorado no âmbito dos programas geridos pela Capes e dá outras providências. SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 39, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre a instauração de processo administrativo em razão de ato institucional vencido e ausência de processo de credenciamento válido cumulado com o não preenchimento do Censo referente ao ano 2014. <u>PORTARIA Nº 37, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006. (...)
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 44, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Atualiza monetariamente as taxas previstas nos artigos 3º-A (Taxa de Avaliação de Conformidade) e 11 (Taxa de Serviços Metrológicos) da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, pela prestação dos serviços relacionados no Anexo da mesma Lei. <u>PORTARIA Nº 43 DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Atualiza monetariamente a Taxa de Fiscalização do mercado de valores mobiliários. <u>PORTARIA Nº 42, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Atualiza monetariamente a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização e de previdência complementar aberta.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 48, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

Atualiza monetariamente as taxas pela prestação dos serviços relacionados no Anexo da [Lei 9.017, de 30 de março de 1995](#).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 47, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

Atualiza monetariamente as taxas pela prestação dos serviços relacionados no art. 16 da [Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001](#).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 46, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

Atualiza monetariamente as taxas de registro e porte de armas de fogo previstas no Anexo da [Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 45, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a atualização monetária da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, prevista no art. 23 da [Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999](#).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)

RESOLUÇÃO Nº 4.553, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

RESOLUÇÃO Nº 4.552, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Disciplina a utilização de repasse interfinanceiro para fins de cumprimento das exigibilidades do crédito rural e altera condições para a realização de Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR) entre instituições financeiras integrantes de sistemas cooperativos.

RESOLUÇÃO Nº 4.551, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Revoga a Circular nº 37, de 3 de maio de 1966, que dispõe sobre as condições para manutenção, em instituições financeiras privadas, de contas de depósito de titularidade de entidades e repartições públicas federais e de sociedades de economia mista não bancárias de controle da União.

RESOLUÇÃO Nº 4.550, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Altera a Resolução nº 4.537, de 24 de novembro de 2016, que dispõe sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

RESOLUÇÃO Nº 4.549, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre o financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos.

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 52, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

Atualiza monetariamente a taxa prevista no artigo 29 (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC) da [Lei nº 11.182, de 27 de](#)

	setembro de 2005, pela prestação dos serviços relacionados no Anexo III da mesma Lei. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>DELIBERAÇÃO Nº 187, DE 19 DE JANEIRO DE 2017</u> Disciplina o processo administrativo normativo da Susep. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA PGFN Nº 152, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> Dispõe sobre o Programa de Regularização Tributária - PRT de que trata a Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, de débitos inscritos em Dívida Ativa da União administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.688, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Regulamenta o Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA Nº 61, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de dezembro de 2016, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas. (...)
Ministério da Integração Nacional (MI)	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS <u>PORTARIA Nº 43, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, em consonância com o estabelecido no Artigo 6º, do Decreto nº 8.895, de 03 de novembro de 2016.
Ministério da Justiça e Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 123, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Prorroga, por um ano, o mandato das entidades que compõem o Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento de pedidos estrangeiros de indisponibilidade de bens, valores e direitos relacionados a atos de terrorismo, seu financiamento ou outras condutas relacionadas. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u>

	Dispõe sobre os procedimentos destinados à formação do rol das designações nacionais de que trata o art. 10 da Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 344, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017</u> Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. <u>PORTARIA Nº 271, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Saúde (POSIC/MS). <u>PORTARIA Nº 270, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio referente ao quarto ciclo de monitoramento do ano de 2016 a Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) dos anos de 2012, 2013 e 2014. <u>PORTARIA Nº 252, DE 26 DE JANEIRO DE 2017(*)</u> Define a lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos dos anexos a esta Portaria. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 20, de 27.1.2017, Seção 1, págs. 37 e 38, com incorreções no original. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 259, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 10/06/2016 (valido até 05/06/2017) do produto DOCE DE MAMÃO RALADO; marca: DOCES ANTUNES, embalagem de 700g, fabricado pela empresa Doces Antunes Ltda (CNPJ: 02.201.422/0001-50), situada no Sitio Capoeirão, Km 10, S/N, Pedras Vermelhas, Moeda/MG. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 258, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 01/06MP, do produto CANELA EM PÓ DA CHINA, marca: PACHÁ, embalagem de 30g, válido até 12/04/2017, fabricado pela empresa Arcos Comércio Importação Ltda (CPNJ: 04.467.255/0001-10), situada na Rodovia Vereador Joaquim Costa, 425, B. Fazenda Barro Preto, Contagem, MG. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 257, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 1607 (valido até 01/07/2018) do produto CANELA EM PÓ, marca: SACY, embalagem de 30g, fabricado pela empresa Indústria e Comercio de Temperos Sacy Ltda (CPNJ: 18.209.544/0001-23), situada à Rua Imirim, 112, Vila Perola, Contagem, MG. (...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 256, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 3855, do produto CANELA EM PÓ - AMIDO E AÇUCAR, Marca: FÃ, embalagem de 30g, válido até 23/08/2018, distribuído por Junco-Industria e Comercio Ltda (CNPJ: 66.312.653/0001-14), localizada à Rua Lineu Anterino Mariano, 505, Bloco B, Distrito Industrial, Uberlândia, MG e fracionado por L & D Alimentícios Eireli - ME (CNPJ 07.732.739/0001-37), localizada à Rua Francisco Rodrigues Serralha, 151, Bloco: B; Chácaras Tubalina E Quartel, Uberlândia, MG.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 252, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do Phytoemagry, Natu Diet e Natural Dieta, divulgado no site http://phytoemagry.blogspot.com.br/2016/01/phytoemagry_27.html ou em qualquer outro endereço eletrônico.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 251, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 284 do produto LOÇÃO RESTAURADORA PROGRESSIVA PALMIDAYA FOR WOMAN, fabricado por Palmindaya Cosméticos Ltda. (CNPJ 75.619.742/0001-07).

(...)

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 212, DE 26 DE JANEIRO DE 2017(*)

(...)

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

(...)

() Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.*

RESOLUÇÃO - RE Nº 211, DE 26 DE JANEIRO DE 2017(*)

(...)

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

(...)

() Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.*

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE)

PORTARIA Nº 8, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

Torna pública a decisão de incorporar o citrato de tofacitinibe para o tratamento de pacientes adultos com artrite reumatoide ativa moderada a grave no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PORTARIA Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

	Torna pública a decisão de não incorporar o bevacizumabe para o tratamento de câncer de colo de útero persistente, recorrente ou metastático no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA Nº 5, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar o procedimento de cirurgia bariátrica por videolaparoscopia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA Nº 4, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar procedimento para o tratamento esclerosante não estético de varizes de membros inferiores no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA Nº 25, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Divulga o resultado de obtenção de conceito referente às Avaliações Somativas do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), para fins de requerimento e/ou utilização de pontuação adicional de 10% nos processos seletivos para os Programas de Residência Médica 2017.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CAPACITAÇÃO EM PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA INSTRUMENTAL PARA AGENTES DO GOVERNO URUGUAIO – POLÍCIA PENITENCIÁRIA"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO APOIO À ELABORAÇÃO E À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA NO PARAGUAI"</u>
Ministério da Indústria, Comércio	SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>CIRCULAR Nº 6, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017</u> Abre consulta pública para posicionamento do setor privado brasileiro

Exterior e Serviços	quanto a negociações comerciais com o Japão e a República da Coreia.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017</u> Altera o Código Brasileiro Antidopagem e estabelece a composição da Procuradoria que atuará junto ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, bem como o procedimento para a indicação de seus membros. <u>PORTARIA Nº 30, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Prorrogação, excepcional, do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento -PAC.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 224, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Autorizar a redução, até 30 de abril de 2017, da descarga mínima instantânea dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para 700 m³/s. (...) INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Para os efeitos desta Instrução Normativa entende-se por: I - empreendimento: local ou área onde uma pessoa física ou jurídica exerce atividades florestais, tais como exploração, coleta, industrialização, laminação, desdobro, produção, carvoejamento, armazenamento, consumo ou depósito de produtos florestais, que deverão ser cadastradas e homologadas separadamente no Sinaflor e cujos saldos são disponibilizados para movimentação por meio do Módulo DOF, nos termos da Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014; (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 27, DE 27 DE JANEIRO DE 2017</u> Dispõe sobre orientações referentes as autorizações para concessão de diárias e deslocamento no território nacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.015397/2016-10) <u>PORTARIA Nº 43, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Institui o Comitê Especial de Concessões de uso para a prestação de serviços de apoio à visitação e ao uso público no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.020289/2016-51). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Disciplina, no âmbito do ICMBio, o planejamento, a execução e o

	monitoramento dos contratos de concessão de uso para prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação. Processo 02070.020289/2016-51.
Ministério do Trabalho	SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>PORTARIA Nº 590, DE 31 DE JANEIRO DE 2017(*)</u> Fixa as metas para 2017 e para o período de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 com vistas ao cálculo do Bônus de Eficiência e Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho de que trata a Medida Provisória n.º 765, de 29 de dezembro de 2016. <u>PORTARIA Nº 585, DE 4 DE JANEIRO DE 2017</u> Fixa as metas para 2017 e para o período de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 com vistas ao cálculo do Bônus de Eficiência e Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho de que trata a Medida Provisória n.º 765, de 29 de dezembro de 2016. <u>PORTARIA Nº 588, DE 30 DE JANEIRO DE 2017</u> Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico para criação de Norma Regulamentadora referente às atividades de Limpeza Urbana.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
02/02/2017	<u>LEI Nº 16.383, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 1.327/2015, do Deputado André Soares - DEM) Altera a Lei nº 12.281, de 22 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua
01/02/2017	<u>LEI Nº 16.382, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 485/2016, do Deputado Vaz de Lima - PSDB) Altera a Lei nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a redução do valor da taxa de inscrição em concursos públicos e outros processos de seleção, no caso que especifica, e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.381, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 478/2016, do Deputado José Zico Prado - PT) Altera a Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC <u>LEI Nº 16.380, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 287/2016, do Deputado Sebastião Santos - PRB) Dispõe sobre a utilização de "drones" para fiscalização da Polícia Ambiental no Estado <u>LEI Nº 16.379, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 177/2016, do Deputado Delegado Olim - PP)

Altera a [Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013](#), que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2016](#)

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida visa alterar o inciso I do artigo 6º da [Lei nº 10.938, de 19 de outubro de 2001](#), que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 463, DE 2013](#)

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura tem por escopo revogar a [Lei nº 2.090, de 27 de agosto de 1979](#), que proíbe a instalação de indústrias de alto risco poluidor na bacia de drenagem do Rio Paranapanema.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 843, DE 2016](#)

(...)

De origem parlamentar, a proposta autoriza o Governo do Estado a criar o "Programa Impulso" na Região Metropolitana da Baixada Santista e na Região do Vale do Ribeira que, em linhas gerais, visa, mediante a união de autoridades públicas, imprensa e sociedade, melhor entender a atual situação das regiões e seus problemas, e promover o desenvolvimento regional, atraindo novas empresas e fortalecendo os setores tradicionais de cada região; gerando novos postos de trabalho. Objetiva, ainda, melhorar a autoestima e a qualidade de vida da população das cidades envolvidas e reduzir a criminalidade (artigo 2º e seus incisos).

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 831, DE 2016](#)

(...)

De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre a imposição de obrigações às seguradoras de veículos no credenciamento de oficinas.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 355, DE 2016](#)

(...)

A propositura, de iniciativa parlamentar, autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço de Naturologia nas unidades de saúde mantidas pelo Poder Público Estadual ou vinculadas a esse, por meio da Secretaria da Saúde.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 1.562, DE 2015](#)

(...)

De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre a instalação de portas de proteção ou portas de plataforma nas estações que

compõem a malha metroviária da Companhia do Metropolitano de São Paulo.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 401, DE 2015

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição determina a instalação de câmaras de monitoramento e vigilância e de detectores de metais nas áreas comuns de repartições públicas estaduais e fixa o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Poder Executivo regulamente a lei (artigos 1º, 2º e 3º).

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 3](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 113, DE 2014

(...)

De origem parlamentar, a proposição acrescenta o § 10º ao artigo 67 da [Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989](#), que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com o seguinte teor:

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 1](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 657, DE 2013

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida autoriza o estabelecimento fabricante dos produtos têxteis que especifica, produzidos a partir dos materiais reciclados nele indicados, a promover crédito presumido da importância equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente sobre a respectiva operação de saída interna. Permite, ainda, nas operações interestaduais, o crédito da importância equivalente à aplicação de 80% (oitenta por cento) do valor do imposto destacado no documento de saída. Prevê que o crédito presumido será efetuado sem prejuízo dos demais créditos previstos na legislação e dá outras providências.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 1](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 659, DE 2011

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição, na forma que especifica, torna obrigatório o levantamento batimétrico sistemático (contínuo ou periódico) dos reservatórios de águas localizados no Estado para fins de controle dos níveis de assoreamento.

(...)

[DOE, Seção I, 01/02/2017, p. 1](#)

**SECRETARIAS E
OUTROS
ÓRGÃOS DO
ESTADO**

MARGINÁLIA ESTADUAL

Agricultura e Abastecimento (SAA)	COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (CDA) <u>PORTARIA CDA - 02, DE 10-1-2017</u> Estabelece as normas técnicas e os procedimentos para o cadastro, fiscalização e controle sanitário dos Estabelecimentos Avícolas Comerciantes de Aves Vivas localizados no Estado de São Paulo, e dá outras providências
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-3, DE 2-2-2017</u> Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de pró-labore e dá providências correlatas
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO 01, DE 18-01-2017</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Especial de Trabalho para realizar estudos, pesquisas e propor diretrizes sobre a letalidade por homicídios contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo e dá outras providências COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL (CAS) <u>PORTARIA CAS 002/2017, DE 27-1-2017</u> Dispõe sobre a execução e oferta de serviços socioassistenciais nos Centro de Convivência do Idoso e Centro Dia do Idoso
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 8, DE 2-2-2017</u> Acrescenta o § 5º ao artigo 12 da Resolução SE 71, de 22-12-2016, que dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 09, DE 30-01-2017</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF/APE 513, DE 20-01-2017 2016</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 637 da Assessoria de Política Econômica de 20-01-2017, que fazem parte integrante desta Resolução. <u>RESOLUÇÃO SF/APE 512, DE 20-01-2017</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no <u>Decreto Estadual 48.326 de 12-12-2003</u> e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-2003 <u>RESOLUÇÃO SF 08, DE 30-01-2017</u> Fixa a taxa de administração devida à SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, para o exercício de 2017 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00006, DE 31-01-2017</u> O Coordenador da Administração Financeira, no uso de suas

	atribuições legais, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de Janeiro/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-02-2017 - Celetistas; Dia 07-02-2017 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. (...) → Contadoria Geral do Estado (CGA) → Centro de Análise Contábil e Informações GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</u> DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016 SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) → Diretoria de Administração e Finanças Comunicado <u>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 2017</u> Considerando os termos da Resolução SF 08, de 30-1-2017, divulgamos os valores a serem repassados até o dia 10 de cada mês à SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, a título de taxa de administração para o exercício de 2017, correspondente a 0,171% do valor da folha de pagamento do pessoal vinculado ao RPPS e ao RPPM, relativamente ao exercício financeiro anterior.
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-708, DE 2-2-2017</u> Dispõe sobre as condições para aprovação da prestação de outras atividades da Indústria do Gás Natural pelas concessionárias de gás canalizado do Estado de São Paulo
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-9, DE 3-2-2017</u> Altera dispositivo da Resolução SMA 102, 21-12-2016, que disciplina o procedimento para publicações dos licenciamentos ambientais para as atividades que especifica <u>RESOLUÇÃO SMA-8, DE 31-1-2017</u> Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Mata dos Macacos", localizada no Município de Conchal/SP
Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>PORTARIA CO 2, DE 31-1-2017</u> Consolida a Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>INSTRUÇÃO UCRH 3, DE 30-1-2017</u>

	Dispõe sobre a opção pelo pagamento do Vale- Transporte aos servidores celetistas que possuem direito a gratuidade no transporte público em razão da idade. <u>INSTRUÇÃO UCRH-2, DE 26-1-2017</u> (...) 1. Para o ano de 2017, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da Avaliação de Desempenho Individual (...) <u>INSTRUÇÃO UCRH-1, DE 19-1-2017</u> (...) 1. Para o ano de 2017, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da Avaliação de Desempenho Individual (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 2, DE 1-2-2017</u> Altera a Resolução SS - 39, de 9 de Março de 2014, aprovando modificações na forma de pontuação e de apresentação de indicadores do Mapa de Indicadores para o monitoramento da Estratégia "Santa Casa SUStentável", e dá outras providências. CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO (CES) Comunicado <u>REGIMENTO INTERNO DA Iª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DAS MULHERES</u>
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-28, DE 3-2-2017</u> Prot. GS-1062/17 Dispõe sobre a execução do Programa Estadual de Recompensa, instituído pelo Decreto 46.505, de 21-01-2002, e dá outras providências
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 24, DE 02-02-2017</u> Autoriza a EMTU/SP, em caráter excepcional e somente para os procedimentos de vistoria a permitir em operação, até o dia 30-06-2018, os veículos com idade superior a 7 (sete) anos para a Reserva Técnica Operacional do Poder Concedente (RTO) e superior a 8 (oito) anos para o Serviço Especial Conveniado (SEC)
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 1-2-2017</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível IV para o

	Nível V da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2017 DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 31-1-2017</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2017
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
04/02/2017	<u>PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2017</u> Autoriza o Estado a implantar o Programa Vila Dignidade no Município de Registro/SP DOE, Legislativo, 04/02/2017, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2017</u> Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem. DOE, Legislativo, 04/02/2017, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2017</u> Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV ou acesso à internet, na mesma fatura, ou de modo que possa induzir o consumidor a erro. DOE, Legislativo, 04/02/2017, p. 5
03/02/2017	<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2017</u> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1225, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a promoção de Oficiais da Polícia Militar, nas condições que especifica, e dá outras providências correlatas. DOE, Legislativo, 03/02/2017, p. 7 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2017</u> Altera a Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 03/02/2017, p. 7 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2017</u> Susta os efeitos das Resoluções SE nº 65, de 19/12/2016, nº 69, de 19/12/2016 e nº 02, de 06/01/2017. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Ficam sustadas, com fundamento no inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, as seguintes Resoluções da Secretaria de Estado da Educação: I – a Resolução SE nº 65, de 19/12/2016, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador; II – a Resolução SE nº 69, de 19/12/2016, que dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino; e

	III – a Resolução SE nº 02, de 06/01/2017, que altera a Resolução SE 19, de 12.2.2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo, a Resolução SE 7, de 19.1.2012, que dispõe sobre o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar e a Resolução SE 53, de 22.9.2016, que dispõe sobre a consolidação das normas que regulam e regulamentam o Programa Escola da Família – PEF, nas escolas da rede pública estadual, e dá outras providências. (...) DOE, Legislativo, 03/02/2017, p. 7
02/02/2017	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1327, DE 2015 A-nº 27/2017 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura altera a Lei estadual nº 12.281, de 22 de fevereiro de 2006 – que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua – para (i) determinar que os prestadores de serviços continuados disponibilizem o cancelamento do serviço por meio de telefone, internet ou do correio (artigo 1º); (ii) incluir, no rol exemplificativo dos serviços prestados de forma continuada, os planos de saúde e os serviços bancários (artigo 2º); (iii) determinar que o fornecedor de produto ou serviço bancário e de cartão de crédito disponibilize a opção de cancelamento dos respectivos contratos também por meio de caixa eletrônico (artigo 2º); (iv) estabelecer que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias (artigo 3º). (...) DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 15 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2015 A-nº 26/2017 São Paulo, 01 de fevereiro de 2017 Senhor Presidente (...) De iniciativa parlamentar, a medida visa revogar o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2.008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 15 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2016 Mensagem A-nº 25/2017 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva instituir o curso de culinária saudável, a ser ministrado aos pais de alunos da rede estadual de ensino. (...) DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14 VETO TOTAL DO PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2016 Mensagem A-nº 24/2017 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura tem por escopo acrescentar o §2º-A ao artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989,

que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, visando a estabelecer prazo de validade aos atestados de experiência, exigidos dos licitantes a título de comprovação de capacidade técnica para a execução do contrato.

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 672, DE 2016

Mensagem A-nº 23/2017

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva instituir o "Programa de Educação para a Segurança no Trânsito" nos ensinos fundamental e médio da rede pública estadual.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 449, DE 2016

Mensagem A-nº 22/2017

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza a criação do "Programa de Educação Política e para a Cidadania", destinado aos estudantes das escolas da rede estadual de ensino. Determina que seja oferecido no ensino fundamental, a partir do 6º ano, bem como no ensino médio, devendo abordar temas relacionados à política e à cidadania a partir da ótica de diferentes disciplinas, como História, Sociologia, Antropologia e Filosofia (artigos 1º, 2º e 3º).

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2016

Mensagem A-nº 21/2017

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta torna obrigatória a emissão de atestados digitais por todos os médicos particulares ou de hospitais, clínicas e unidades de saúde públicas e privadas localizadas no Estado (artigo 1º), cujo descumprimento sujeita o responsável ao pagamento de multa no valor de duzentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESP, e em dobro no caso de reincidência (artigo 13).

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 319, DE 2016

Mensagem A-nº 20/2017

(...)

Apesar de reconhecer os elevados propósitos do legislador, delineados na justificativa que acompanha a proposta, vejo-me impedido de acolher a proposição, pelas mesmas razões que fundamentaram os vetos opostos aos projetos de lei nº 855/99, 809/03, 17/04, 218/04, 347/07 e 003/2012, que dispõem sobre a inclusão de disciplinas no currículo da rede estadual de ensino.

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 14](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1607, DE 2015

Mensagem A-nº 19/2017

(...)

De origem parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo escolar do ensino médio das escolas estaduais as

disciplinas Direito do Consumidor e Educação Fiscal, bem como conteúdos voltados ao estudo do processo de consumo e ao respeito e à valorização do consumidor.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1193, DE 2015

Mensagem A-nº 18/2017

(...)

Vejo-me compelido a recusar sanção ao projeto, em face de inarredável inconstitucionalidade.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 489, DE 2015

Mensagem A-nº 17/2017

(...)

De origem parlamentar, a propositura fixa o valor dos emolumentos devidos aos juízes de casamento.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 396, DE 2013

Mensagem A-nº 16/2017

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS sobre produtos alimentícios para diabéticos.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 692, DE 2010

A-nº 15/2017

(...)

De origem parlamentar, a proposta legislativa dispõe sobre a supervisão, orientação, controle e fiscalização das atividades desenvolvidas por entidades e profissionais credenciados para a aplicação de exames de habilitação para condução de veículos automotores.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 380, DE 2010

Mensagem A-nº 14/2017

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva instituir o Programa Carona Verde, por meio do qual os veículos de passeio utilizados por três ou mais pessoas são isentos do pagamento das tarifas de pedágio, aplicável somente às novas praças a serem implantadas após a publicação da lei.

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2017, p. 13](#)

01/02/2017	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 03/2017 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público que, a partir de 1º/02/2017, em virtude dos novos mandatos eletivos para o exercício de 2017, a composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras passa a ser a seguinte: TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4^{as} feiras, às 10 horas Presidente: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo Vice-Presidente: Conselheiro Renato Martins Costa Corregedor: Conselheiro Antonio Roque Citadini Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues Conselheiro Robson Marinho Conselheira Cristiana de Castro Moraes Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 14h30min Conselheiro Renato Martins Costa – Presidente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues Conselheira Cristiana de Castro Moraes SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 10 horas Conselheiro Antonio Roque Citadini - Presidente Conselheiro Robson Marinho Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho SDG, 31 de janeiro de 2017. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 01/02/2017, p. 16
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
30/01/2017 a 04/02/2017	Não houve

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva

maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107